

Antonio Kandir

- 6 DEZ 1994



Nas principais instituições que compõem a sociedade brasileira, percebe-se um ritmo de modernização bastante desigual. O grupo que mais tem avançado nessa direção é o das empresas privadas, em resposta a políticas de competição lançadas ao início dos anos 90, notadamente a abertura econômica, a instrumentos legais, como o Código de Defesa do Consumidor, e a crescente consciência do público com relação a seu poder e direitos no campo da aquisição de bens e serviços.

De modo progressivo, as empresas privadas assimilam a noção de que sua capacidade de competir será tão maior quanto mais previsível, confiável e transparente forem as relações com seus clientes. Para tanto, têm-se empenhado em processos importantes de reorganização interna, não apenas para aumentar a eficiência de seus processos produtivos, como também para estruturar serviços de atendimento a demandas do consumidor, que, no geral, não são apenas "para inglês ver". Expressão mais visível desse fenômeno, os **ombudsmen** e **ombudswomen**, personagens ausentes da cena brasileira até muito recentemente, surgem em empresas de variados setores (supermercados, jornais, etc.).

No campo da política, as mudanças, ainda que mais lentas e contraditórias, também vêm ocorrendo. Alguns executivos municipais deram exemplos notáveis de avanços nessa direção, buscando estabelecer mecanismos de participação da clientela na gestão e controle dos serviços públicos locais. Tal experiência, embora cheia de problemas, merece ser aprofundada, não só pelo potencial de transformação social e política que encerra, como também pelos resultados que permite obter em termos de aumento de eficiência.

Quanto aos executivos estaduais e federal, a maior complexidade e extensão de suas burocracias, para não falar na maior abrangência de suas jurisdições, tende a tornar mais complicadas iniciativas de fazê-las mais transparentes, mais ajustadas às necessidades variadas da clientela que atendem. Cientes da necessidade de enfrentar o problema, o presidente da República e alguns governadores eleitos, notadamente Mário Covas, têm insistido na tecla de promover reformas administrativas de profundidade, que permitam, progressivamente, redefinir relações arcaicas entre provedores e clientela de serviços públicos.

E o Congresso Nacional, como fica frente a esse processo de mudança? No quesito "transparência", até que o Congresso não se sai mal. Poucas instituições são mais abertas ao olhar do público e à investigação da mídia. Ocorre que isso não tem sido suficiente para fazer com que o Congresso cumpra papel à altura de suas responsabilidades.

É preciso reconhecer que Câmara e Senado continuam a ser arcaicos no modo pelo qual se organizam e fun-

cionam. Para quem chega ao Legislativo com forte ânimo de mudança, trata-se de ajudar a colocar o Congresso em compasso com a modernização das várias instituições brasileiras.

Um princípio elementar de reorganização institucional me parece ser a fixação antecipada de um plano de trabalho, ou seja, de uma pauta, estabelecida periodicamente, que indique os assuntos relevantes a serem tratados e a ordem em que serão tratados. Uma espécie de programação que compreenda um período determinado de tempo.

Ainda que não seja rígida, havendo espaço para modificações inerentes à

dinâmica política, uma pauta de assuntos preestabelecidos, com ordem determinada de apreciação, seria um importante passo à frente para aumentar a eficiência dos trabalhos legislativos e o controle da sociedade sobre as decisões do Congresso.

Além de imprimir certa disciplina aos trabalhos legislativos, obrigando os congressistas a negociar e fixar prioridades a pauta preestabelecida permitiria que a sociedade e grupos de pressão (instituição legítima, cuja atuação no Congresso é preciso regulamentar para tornar pública) estivessem atentos às decisões-chave do Poder Legislativo.

Sem isso, a transparência do Congresso permanecerá restrita a alguns momentos, os de maior ebulição política, e tópicos, os de maior atratividade para a mídia. E seu funcionamento continuará a pautar-se por um misto de improvisação e esperteza que há muito vem-lhe custando o descrédito da população e do eleitorado.

■ Antonio Kandir, ex-secretário de Política Econômica, é doutor em Economia e deputado eleito pelo PSDB de São Paulo